

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC001611/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 29/08/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR046795/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 10263.101030/2019-13
DATA DO PROTOCOLO: 29/08/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE RIO DO SUL, CNPJ n. 85.787.562/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HELIO FRANCISCO ANDRADE;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO ALTO VALE DO ITAJAI, CNPJ n. 83.780.569/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VILSON VALMOR SCHWINDEN;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS NO COMÉRCIO**, com abrangência territorial em **Agrolândia/SC, Agronômica/SC, Atalanta/SC, Aurora/SC, Dona Emma/SC, Ibirama/SC, Imbuia/SC, Ituporanga/SC, Laurentino/SC, Lontras/SC, Petrolândia/SC, Pouso Redondo/SC, Presidente Getúlio/SC, Presidente Nereu/SC, Rio Do Oeste/SC, Rio Do Sul/SC, Saleté/SC, Taió/SC, Trombudo Central/SC e Witmarsum/SC.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO**

Fica estabelecido o salário normativo para a categoria profissional, no município de Rio do Sul e Região, o **valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), por mês.**

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de reajuste do Piso Salarial Estadual (inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº 459/09 - SC), em janeiro de **2020**, com valor superior aos constantes nesta cláusula, prevalecerá para todos os efeitos o maior valor. E a diferença a maior será considerada como antecipação salarial.

Parágrafo Segundo – O índice de reajuste do Salário Normativo acordado em maio de 2020 terá como base para cálculo, o valor convencionado em maio de 2019, ou seja **de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), por mês.**

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL**

A Correção Salarial dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho será de **5,5% (cinco vírgula cinco por cento)** a incidir sobre os salários vigentes em 01 de maio de 2018.

Parágrafo Primeiro – As antecipações efetuadas no período de **maio de 2018 a abril de 2019** poderão ser compensadas, com exceção dos aumentos salariais em função de promoções internas da empresa;

Parágrafo Segundo – As empresas que não concederam reajuste salarial aos seus empregados, no mês de maio de 2019, deverão aplicar na folha de pagamento do mês de agosto de 2019, o índice de correção acordado no presente, com as respectivas diferenças.

Parágrafo Terceiro - O reajuste salarial a ser negociado na Convenção Coletiva de Trabalho de **2020**, será aplicado sobre os resultados dos salários calculados conforme previsto no “caput” desta cláusula;

Parágrafo Quarto – Com o percentual previsto no caput desta cláusula, fica quitado o índice de INPC do período de maio de 2018 a abril de 2019.

Parágrafo Quinto – O índice de 5,5% (**cinco vírgula cinco por cento**) acordado na presente Convenção, aplica-se somente aos empregados que já estavam trabalhando na empresa em maio de **2018**, e aos empregados admitidos a partir desta data, terão os seus salários corrigidos proporcionalmente ao mês da admissão conforme tabela abaixo:

ADMISSÃO	PERCENTUAL DE CORREÇÃO
Maio/2018	5,50
Junho/2018	5,04
Julho/2018	4,58
Agosto/2018	4,12
Setembro/2018	3,66
Outubro/2018	3,21
Novembro/2018	2,75
Dezembro/2018	2,29
Janeiro/2019	1,83
Fevereiro/2019	1,37
Março/2019	0,92
Abril/2019	0,46

Parágrafo Sexto – Após o cálculo da proporcionalidade, nenhum salário poderá ser inferior aos valores determinados na cláusula segunda.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA QUINTA - CÁLCULO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO E AVISO PRÉVIO DOS COMISSIONISTAS

As comissões que integram a média legal prevista para cálculo de férias, gratificação natalina e verbas rescisórias, serão efetuadas com base na média dos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

A quitação das verbas rescisórias será paga da seguinte forma:

I – Em até 5 (cinco) dias corridos subsequente ao último dia de serviço em caso de aviso prévio trabalhado;

II – Em até 10 (dez) dias corridos no aviso prévio indenizado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A jornada extraordinária de trabalho, quando não contemplada na cláusula 8ª da presente convenção, será remunerada com adicional de **70% (setenta por cento)** sobre o valor da hora normal de trabalho.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA OITAVA - TRABALHO NOTURNO

O trabalho noturno será pago com o adicional de 30% (trinta por cento), a incidir sobre o salário hora normal.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA NONA - QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados que exercem a função de caixa, haverá remuneração de 20% (vinte por cento) sobre o Salário Normativo, a título de Quebra de Caixa, salvo para as empresas que adotarem o procedimento de não descontar dos empregados as diferenças de caixa havidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIAS AO COBRADOR

Os empregados cobradores externos terão garantias, além do Salário Normativo, ao recebimento de quebra de caixa, com adicional de 20% (vinte por cento), salvo para as empresas que adotarem o procedimento de não descontar dos empregados as diferenças de caixas havidas.

COMISSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO DO COMISSIONISTA

A remuneração do repouso semanal incluirá a média das comissões percebidas.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE LANCHES

As empresas fornecerão obrigatória e gratuitamente lanches aos seus empregados, quando os mesmos se encontrarem por mais de 120 (cento e vinte) minutos em regime de horas extras, em caráter excepcional.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONFERENCIA DE CAIXA

A conferência dos valores de caixa será realizada na presença do operador responsável. Quando este for impedido pela empresa de acompanhar a conferência, ficará isento de responsabilidade por erros verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CHEQUES SEM FUNDOS

As empresas não descontarão da remuneração de seus empregados as importâncias correspondentes a cheques sem fundos, por estes recebidos quando na função de caixa ou assemelhados, desde que cumpridas às normas da empresa, que deverão ser por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALIMENTAÇÃO E LOCAL PARA REFEIÇÕES

A loja com mais de 20 (vinte) empregados, que não dispuser de cantina ou refeitório, destinará local para as refeições aos empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO

Haverá assentos para os empregados nos locais de trabalho, onde possam ser utilizados durante as pausas permitidas pelo serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus a igual salário do substituído.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTENCIA SINDICAL NAS RESCISÕES SINDICAIS

As rescisões de contrato de trabalho poderão ser homologadas perante a entidade sindical profissional, independentemente de tempo de duração do contrato, porém de forma facultativa.

Parágrafo Primeiro - Para homologação do termo de rescisão de contrato de trabalho, as empresas deverão estar em dia com a contribuição assistencial patronal e com a taxa de negociação Profissional.

Parágrafo Segundo - As empresas que não estão em dia com as 2 entidades sindicais, serão cobradas taxa referente a manutenção da estrutura, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), em favor do Sindicato Profissional.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio integral dado pelo empregador, no caso de o empregado obter novo emprego, antes do respectivo término, sendo-lhe devida em tal caso, à remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Único – No pedido de demissão, o empregado ficará dispensado de cumprimento, caso comprove a obtenção de novo emprego, mediante apresentação de declaração da futura empregadora, e que já tenha cumprido no mínimo 15 (quinze) dias corridos de trabalho, no transcurso do referido aviso.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE

A empregada gestante terá garantia de emprego, desde a concepção, até 05 (cinco) meses após o parto.

Parágrafo Único – Não se aplica o disposto nesta cláusula, nos casos de:

- a) Rescisão contratual por justa causa;
- b) Pedido de demissão.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADES AO EMPREGADO SOB AUXILIO-DOENÇA

Fica garantido o emprego do trabalhador sob auxílio doença, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do término do benefício concedido pelo sistema previdenciário.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÉ-APOSENTADORIA

Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 15 (quinze) meses da aquisição do direito à aposentadoria, em seus prazos mínimos, será assegurado, durante esse tempo, emprego ou salário, desde que tenham no mínimo 7 (sete) anos de serviço contínuo na mesma empresa.

Parágrafo Único – O empregado somente fará jus a estabilidade provisória prevista no caput desta cláusula se comprovar documentalmente perante o empregador com até 30 (trinta) dias de antecedência ao prazo de estabilidade provisória prevista no caput.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORAS

As empresas poderão formalizar com todos ou com parte de seus empregados, acordo de prorrogação e compensação de horas, desde que sejam respeitadas as regras básicas a seguir:

Parágrafo Primeiro - A quantidade de horas a ser compensada, será de uma hora compensada a cada hora trabalhada.

Parágrafo Segundo - A compensação deverá ser efetuada no período máximo de 6 (seis) meses, devendo ser comunicada ao empregado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data e horário da compensação, e as horas que não forem compensadas serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Terceiro - O empregador que desejar trabalhar com banco de horas com compensação superior ao prazo de 6 (seis) meses descrito no parágrafo anterior, deverá obrigatoriamente firmar acordo de prorrogação e compensação de horas com o Sindicato da categoria profissional, sendo que a validade destes dependerá da participação do Sindicato Patronal como signatário dos respectivos instrumentos normativos, sem a qual serão considerados nulos, devendo a empresa comprovar a regularização do recolhimento das contribuições devidas ao Sindicato da Categoria Profissional e Patronal.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

O repouso semanal remunerado, para todos os empregados, independentemente de gênero, deverá coincidir, pelo menos uma vez, no período de 3 (três) semanas, com o domingo.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatória a utilização de livro ponto ou cartão mecanizado pelas empresas, conforme determina o artigo 74, § 2º, da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TRABALHO EM DIAS DE FERIADOS

Fica facultada a abertura das lojas comerciais nos feriados nacionais, estaduais e municipais, com exceção dos dias: 01/05/2020 - Dia do Trabalhador; 25/12/2019 - Natal e no dia 01/01/2020 - Confraternização Universal.(exceto supermercados)

Parágrafo Primeiro – Caso haja o interesse das Empresas em laborar nos feriados autorizados nesta cláusula é necessário que as mesmas consigam o Certificado de Adesão junto ao Sindicato Patronal, sendo obrigatório estarem quites com a Contribuição Assistencial Patronal, estabelecida na cláusula 34ª da presente Convenção.

Parágrafo Segundo - O empregado que trabalhar nos dias citados no caput desta cláusula, terá direito um abono no valor de R\$ 90,00 (noventa reais). Os empregadores descontarão do abono pagos aos empregados, que trabalharem nos feriados, o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por trabalhador, a título de taxa de manutenção, recolhendo as respectivas importâncias em guias próprias fornecidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Rio do Sul, em favor do mesmo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Terceiro - O empregador poderá optar por determinar outro dia de folga que poderá ser concedido ao empregado em até 30 (trinta) dias subsequentes ao dia trabalhado, ao empregado ao invés de remunerá-lo como descrito no parágrafo acima, sendo devido, além da folga, terá direito um abono no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Os empregadores descontarão do abono pagos aos empregados, que trabalharem nos feriados, o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por trabalhador, a título de taxa de manutenção, recolhendo as respectivas importâncias em guias próprias fornecidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Rio do Sul, em favor do mesmo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Quarto - As empresas ficarão responsáveis em informar ao Sindicato Profissional, a relação de nomes dos empregados que trabalharão nos feriados.

Parágrafo Quinto - Na hipótese dos parágrafos da presente cláusula, o empregado não perceberá o adicional legal de hora extra.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA REFEIÇÕES (INTRA JORNADA)

Com fundamento no que dispõe o inciso III do artigo 611-A e parágrafo único do artigo 611-B da CLT, e observadas as regras de saúde e segurança dos trabalhadores, o intervalo intrajornada previsto no art. 71 da CLT, será de no mínimo 30 min (trinta minutos) e de no máximo 2h30min (duas horas e trinta minutos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - USO DA MÃO DE OBRA DOS EMPREGADOS EM HORÁRIO ESTENDIDO NO PERÍODO NATALINO

Fica permitido a utilização das regras descritas nesta cláusula para a utilização da mão de obra de seus empregados para o Período Natalino, para todas as empresas abrangidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - O Horário Natalino será definido em conjunto pelo sindicomércio e CDL e divulgado no mês de novembro de 2019.

Parágrafo Segundo - As horas extras trabalhadas pelos empregados de segunda-feira a sábado, serão remuneradas com o acréscimo de 70% (setenta por cento).

Parágrafo Terceiro - As horas extras serão pagas tomando-se por base a remuneração percebida pelos empregados no mês de dezembro.

Parágrafo Quarto - As horas extras deverão ser pagas a todos os empregados, independente de cargo ou função.

Parágrafo Quinto - Os trabalhadores poderão fazer no máximo 4h (quatro horas) extras diárias, respeitando o intervalo interjornada de 11h (onze horas), art. 66 da CLT.

Parágrafo Sexto - As comissões de venda integram o salário base para efeito do cálculo do pagamento das horas extras.

Parágrafo Sétimo - As horas extras trabalhadas no período natalino, deverão obedecer ao seguinte critério:

I – 50% (cinquenta por cento) do total das horas extras trabalhadas, terão que ser obrigatoriamente remuneradas com adicional de 70% (setenta por cento).

II – O restante das horas extras poderão ser compensadas, na proporção de uma hora trabalhada por uma hora compensada, no período até o dia 28 de fevereiro de 2020.

Parágrafo Oitavo - Para a realização do trabalho nos dois domingos do calendário natalino (15/12 e 22/12), as empresas deverão organizar turmas de revezamento para garantir o Descanso Semanal

Remunerado do trabalhador-DSR, ou, se não o fizerem, deverão conceder 1 (um) dia de folga por domingo trabalhado, a ser usufruído em até 60 (sessenta) dias, a título do DSR não gozado no domingo trabalhado e pagar um ABONO de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao trabalhador, além da remuneração hora normal trabalhada, observadas as horas extras eventualmente laboradas e remuneradas de acordo com o parágrafo sétimo. Os empregadores descontarão do abono pagos aos empregados, que trabalharem nos domingos mencionados, o valor de R\$ 10,00 (dez reais) por trabalhador, a título de taxa de manutenção, recolhendo as respectivas importâncias em guias próprias fornecidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Rio do Sul, em favor do mesmo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Nono - O pagamento das horas extraordinárias deverá ser efetuado até o 5º dia útil do mês de janeiro/2020, através de folha de pagamento individual ou de recibo de salário, elaborados em duas vias, com entrega de uma via ao empregado.

Parágrafo Décimo - As empresas fornecerão aos empregados que trabalharem em jornada extraordinária no mês de dezembro/2019, após a primeira hora extra, diariamente, o valor de R\$ 17,00 (dezessete reais) para alimentação, ficando isentas desse valor as empresas que possuírem restaurantes ou fornecerem refeições no valor acordado.

Parágrafo Décimo Primeiro - As empresas que não optarem pela prorrogação de jornada conforme os horários estabelecidos no Parágrafo Primeiro desta cláusula estarão desobrigados do cumprimento das disposições aqui previstas.

Parágrafo Décimo Segundo - As empresas poderão prorrogar a jornada de trabalho de seus empregados em dias e horários distintos daqueles sugeridos pelo Sindicomércio, desde que cumpram as demais disposições previstas nesta cláusula.

Parágrafo Décimo Terceiro - As empresas deverão fixar, obrigatoriamente, cópia desta Convenção em lugar visível e de fácil acesso a todos os empregados.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos horários de exames regulares ou vestibulares coincidentes com os de trabalho, desde que realizados em estabelecimentos de ensino oficial autorizados legalmente, e mediante comunicação prévia ao empregador, com no mínimo de 72 (setenta e duas) horas, e comprovação oportuna.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E INSTRUMENTO DE TRABALHO

Serão fornecidos gratuitamente aos trabalhadores, quando exigidos por lei ou pelos empregadores, todos os equipamentos de proteção individual, bem como uniformes, calçados e instrumentos de trabalho.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS DO TRABALHADOR

Será abonada a falta do trabalhador no caso de necessidade de acompanhamento hospitalar, de dependente de até 12 (doze) anos de idade ou inválido, no máximo 10 (dez) dias ao ano, mediante a comprovação por declaração médica.

RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - SINDICALIZAÇÃO

As empresas se comprometem a colaborar com a entidade sindical, na sindicalização de seus empregados.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS

As empresas com mais de 20 (vinte) empregados afixarão quadros de aviso do Sindicato para comunicado de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político, partidário ou ofensivos.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ACORDOS COLETIVOS

Em vista das alterações promovidas pela Lei n. 13.467/17, no que se refere a realização de acordos coletivos de trabalho, a validade destes dependerá da participação do Sindicato Patronal como signatário dos respectivos instrumentos normativos, sem a qual serão considerados nulos.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Em conformidade com a decisão da Assembleia Geral da categoria realizada em 29 de maio de 2019, e com base no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal e o artigo 513, letras “b” e “e” da CLT, todas as empresas que compõe a categoria econômica abrangida por esta convenção, associadas ou não, recolherão os seguintes valores para o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (Sindicato da categoria econômica), à título de contribuição assistencial patronal, decorrente dos ganhos que a categoria teve nessa negociação e da celebração desta Convenção Coletiva de Trabalho, além da manutenção dos serviços assistenciais da entidade.

O valor da contribuição é determinado conforme a quantidade de empregados que cada empresa possui, conforme tabela abaixo:

QUANTIDADE DE EMPREGADOS	1ª parcela	2ª parcela
Sem funcionários	R\$ 75,00	R\$ 75,00
Entre 1 e 5 funcionários	R\$ 125,00	R\$ 125,00
Entre 6 e 10 funcionários	R\$ 175,00	R\$ 175,00
Entre 11 e 20 funcionários	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Acima de 20 funcionários	R\$ 500,00	R\$ 500,00

Parágrafo Único – A empresa poderá fazer o pagamento em duas parcelas,

sendo a primeira em novembro de 2019 e a segunda em março de 2020. Limita-se a contribuição por CNPJ “raiz” até o limite de R\$ 5.000,00. Sendo que o direito a voto de associado se dá por CNPJ raiz.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL

De conformidade com a decisão das Assembleias Geral da categoria, realizadas nos dias 29 de março/19 no município de Ituporanga, no dia 01 de abril/19, no município de Taió, no dia 26 de março/18, no município Presidente Getúlio, no dia 02 de abril/19, no município de Ibirama, e no dia 03 de abril/19, no município de Rio do Sul e com base no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, os trabalhadores decidiram implantar a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL, bem como, houve a expressa e prévia anuência dos trabalhadores, cuja autorização abrange e obriga todos os integrantes da categoria, preenchendo assim, a exigência prevista na Lei nº13.467, de 13 de julho de 2017, que autorizaram as empresas representadas pelo SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, a descontar de seus empregados, A CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL e a recolher em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE RIO DO SUL, através de boletos emitidos pelo Sindicato beneficiado, nos seguintes percentuais e meses:

3% (três por cento), sobre a remuneração de Agosto de 2019, que deverá ser recolhida até o dia 10 de setembro de 2019, limitado o valor do desconto em R\$100,00 (cem reais).

3% (três por cento) sobre a remuneração de Novembro de 2019, que deverá ser recolhida até o dia 10 de dezembro de 2019, limitado o valor do desconto em R\$100,00 (cem reais),

e, 3%(três por cento) sobre a remuneração de Março de 2020, que deverá ser recolhida até o dia 10 de abril de 2020, limitado o valor do desconto em R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único: O empregado poderá opor-se ao desconto da contribuição negocial, devendo para isto, apresentar no Sindicato profissional carta escrita de próprio punho, no prazo de até 10 (dez) dias antes do efetivo desconto, encaminhando cópia da mesma com o recebimento do Sindicato ao empregador.

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE RIO DO SUL, assume a responsabilidade pelos descontos efetuados, visto ser a empresa mera repassadora da importância retida, devendo qualquer divergência relativa aos mesmos serem resolvidos entre os trabalhadores e a entidade sindical.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

Pelo não cumprimento de qualquer uma das cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho, com exceção daquelas que tenham penalidades próprias, haverá uma multa no valor equivalente a 01 (um) Salário Normativo vigente na presente Convenção, por infração e por empregado, cada vez que houver infração, sendo que 50% (cinquenta por cento) da multa reverterá em favor do trabalhador e os outros 50% (cinquenta por cento) em favor da Entidade Sindical Profissional.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - REVOGAÇÃO DE CONVENÇÕES QUE REGULAMENTAM O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉ

Com a assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, tornam-se sem efeito, e são consequentemente revogadas, a partir desta data, todas as convenções coletivas que tratam do horário de funcionamento do comércio e da jornada de trabalho, esclarecendo que resta garantida a eficácia de tais convenções até a presente data, quais sejam:

- 1) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Rio do Sul com vigência de 06/10/2018 à 05/10/2019.
- 2) Convenção Coletiva para Funcionamento dos hipermercados, supermercados e mini-mercados de Rio do Sul com vigência de 05/10/2018 à 04/10/2019.
- 3) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Agrolândia com vigência de 02/10/2018 à 01/10/2019.

- 4) Convenção Coletiva para Funcionamento dos supermercados de Agrolândia com vigência de 01/10/2018 à 30/09/2019.
- 5) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Ibirama com vigência de 05/12/2018 à 04/12/2019.
- 6) Convenção Coletiva para Funcionamento dos supermercados de Ibirama com vigência de 06/12/2018 à 05/12/2019.
- 7) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Ituporanga com vigência de 05/12/2018 à 04/12/2019.
- 8) Convenção Coletiva para Funcionamento dos supermercados de Ituporanga com vigência de 06/12/2018 à 07/12/2019.
- 9) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Laurentino com vigência de 05/12/2018 à 04/12/2019.
- 10) Convenção Coletiva para Funcionamento dos supermercados de Laurentino com vigência de 05/12/2018 à 04/12/2019.
- 11) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio Varejista e dos supermercados de Petrolândia com vigência de 05/12/2018 à 04/12/2019.
- 12) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Pouso Redondo com vigência de 06/12/2018 à 05/12/2019.
- 13) Convenção Coletiva para Funcionamento dos supermercados de Pouso Redondo com vigência de 05/12/2018 à 04/12/2019.
- 14) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Presidente Getúlio com vigência de 06/11/2018 à 05/11/2019.
- 15) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Taió com vigência de 06/12/2018 à 05/12/2019.
- 16) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Trombudo Central com vigência de 05/12/2018 à 04/12/2019.
- 17) Convenção Coletiva para Funcionamento dos supermercados de Trombudo Central com vigência de 04/12/2018 à 03/12/2019.
- 18) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Ituporanga nos sábados especiais de abril a dezembro de 2019.
- 19) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Rio do Sul nos sábados felizes de junho a novembro de 2019.
- 20) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Taió no sábado de compras de junho a novembro de 2019.
- 21) Convenção Coletiva para Funcionamento do Comércio de Trombudo Central nos sábados extras de junho a novembro.

HELIO FRANCISCO ANDRADE
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE RIO DO SUL

VILSON VALMOR SCHWINDEN
PRESIDENTE
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO ALTO VALE DO ITAJAI

ANEXOS

ANEXO I -

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.